



Revista Brasileira de Sociologia

ISSN: 2317-8507

ISSN: 2318-0544

revbrasisociologia@gmail.com

Sociedade Brasileira de Sociologia

Brasil

Sacramento, Octávio

Fusão, tensão e dissensão: forças de configuração da intimidade reflexiva

Revista Brasileira de Sociologia, vol. 4, núm. 8, 2016, Julho-, pp. 93-116

Sociedade Brasileira de Sociologia

Brasil

DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.166>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=595764394005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Fusão, tensão e dissensão: forças de configuração da intimidade reflexiva

Octávio Sacramento*

RESUMO

A intimidade pós-moderna constitui uma esfera estruturalmente marcada pela complexa convivência de disposições sociais de dissensão e de fusão. Por um lado, é permeada por condições propícias à individualização, à reflexividade e à electividade, o que contribui para reforçar idiossincrasias e aspirações pessoais nas relações íntimas. Por outro lado, encontra-se simbolicamente colonizada pela grande narrativa romântica, uma matriz cultural muito valorizada e desejada, que impulsiona os sujeitos no sentido da fusão passional. Delineado num formato ensaístico, o artigo assume como objecto de análise central as manifestações de forças antagónicas na configuração da intimidade, procurando compreender as muitas tensões, ambiguidades, contradições e volatilidades que tendem a caracterizá-la.

Palavras-chave: Intimidade; reflexividade; fusão/dissensão.

* Doutor em Antropologia, professor auxiliar no Departamento de Economia, Sociologia e Gestão da Escola de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real, Portugal) e investigador no Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD-UTAD). Este centro de investigação é financiado por Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, na sua componente FEDER, através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) [Projeto nº 006971 (UID/SOC/04011)]; e por Fundos Nacionais através da FCT, no âmbito do projeto UID/SOC/04011/2013.

ABSTRACT

FUSION, TENSION AND DISSENSION: REFLEXIVE INTIMACY CONFIGURATION FORCES

The postmodern intimacy is a sphere structurally marked by a complex coexistence of dissension and fusion social dispositions. On the one hand, it is permeated by conditions favourable to individualization, reflexivity and electivity, which contribute to strengthen personal aspirations and idiosyncrasies in intimate relationships. On the other hand, it is symbolically colonized by the great romantic narrative, a cultural matrix, very much valued and desired, which drives individuals towards a passionnal fusion. Outlined in an essayistic format, this article has as its main purpose of analysis the manifestations of antagonistic forces in the intimacy configuration process, seeking to understand the many tensions, ambiguities, contradictions and volatilities that tend to characterize it.

Keywords: Intimacy; reflexivity; fusion/dissension.

Introdução

Nas décadas mais recentes temos vindo a assistir, não só no ocidente, como em contextos de outras latitudes, a significativas mutações nas identidades e relações de género, a uma crescente individualização e reflexividade da vida pessoal e a novas formas de organização dos vínculos conjugais e familiares (ABOIM, 2004; BAUMAN, 2008; BECK e BECK-GERNSHEIM, 2004; BUDGEON e ROSENEIL, 2004; GI-DDENS, 2001; ILLOUZ, 1999; ROCA, 2007). Daqui têm resultado algumas das tendências que marcam o ordenamento da intimidade nos dias que correm: a dificuldade em estabelecer conexões sentimentais satisfatórias e duradouras, a proliferação de formas de conjugalidade alternativas ao casamento e a instabilidade das relações amorosas. Em conjunto, estas tendências são profundamente reveladoras do “caos do amor” (BECK e BECK-GERNSHEIM, 2004) na contemporaneidade e dos desejos antagónicos de fusão e fissão sentimental que o caracterizam (CHAUMIER, 2004a, 2004b).

Considerando as novas coordenadas e possibilidades de configuração da sexualidade, dos afectos e das relações de casal, o texto procura debater e compreender, em jeito de ensaio, a mecânica social

das forças de fusão, tensão e dissensão que permeiam a construção da intimidade. A análise da manifestação destas forças, bem como das ambiguidades e volatilidades que lhes são intrínsecas, é delineada tendo em conta o quadro de processos de individualização, reflexividade e electividade que caracterizam a modernidade tardia, e a hiper-valorização capitalista do ideário romântico enquanto utopia de consumo (ILLOUZ, 1997). Embora eminentemente teórico-conceptuais, as reflexões aqui desenvolvidas são suscitadas pelo trabalho de campo etnográfico para doutoramento realizado em 2009/2010 pelo autor (SACRAMENTO, 2014)¹ sobre configurações transnacionais de intimidade entre mulheres brasileiras e homens europeus, iniciadas durante as estadias turísticas destes últimos no Nordeste brasileiro, sobretudo no contexto do sexo transacional. No âmbito deste trabalho foi possível constatar que as subjectividades e aspirações que guiam a construção dos relacionamentos passionais transnacionais euro-brasileiros inscrevem-se em transformações estruturais de género, sexualidade, conjugalidade e família, e na consequente emergência de espaços sociais de intimidade mais reflexivos e voláteis.

Individualização, auto-reflexividade e intimidade

Na actualidade, os trajectos pessoais tendem a organizar-se segundo um registo de cariz reflexivo, por referência a quadros culturais amplos, abertos e fragmentados. O resultado é a crescente “individualização” (BECK e BECK-GERNSHEIM, 2002)², ou seja, uma maior

1 Nesta investigação pude contar com uma bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciéncia e a Tecnologia de Portugal (SFRH/BD/60862/2009).

2 A individualização é particularmente notória na modernidade ocidental, tendo começado a acentuar-se com as condições proporcionadas pelo Estado de bem-estar social na sociedade industrial avançada, a partir da década de 1970 (BECK, 2001, pp. 28-29). Importa ter em consideração que corresponde a mudanças sociais lentas e cumulativas que não ocorreram de forma generalizada, como de resto advertem Beck e Beck-Gernsheim (2004). Para uma compreensão mais contextualizada e aprofundada da individualização e da reflexividade biográfica no quadro mais geral das dinâmicas estruturais de “modernização reflexiva”, vejam-se, entre outros, Beck, Giddens e Lash (2001). Sobre a especificidade dos processos de modernização e reflexividade no contexto brasileiro, veja-se Domingues (1998).

referencialidade interna e electividade, tornando possível uma “biografia reflexiva” (GIDDENS, 2002) ou “auto-reflexividade” (LASH, 2001), marcada pela significativa autonomia individual na definição do estilo e trajecto de vida, da identidade e das redes de interacção e expectativas. Embora actuando sempre dentro de um determinado contexto de maiores ou menores constrangimentos e de um leque mais ou menos vasto de opções e de possibilidades, o indivíduo não está necessariamente limitado às imposições normativas, às certezas e ao controlo dos “modelos tradicionais”.

Neste processo de construção reflexiva do *self* assiste-se a uma maior vinculação dos sujeitos a “sistemas referenciais internos” compostos pelas suas próprias experiências individuais, sendo os percursos biográficos definidos a partir de “[...] uma interrogação mais ou menos contínua sobre o passado, o presente e o futuro”, num cenário pautado pela “[...] profusão de recursos reflexivos: terapia e manuais de auto-ajuda, programas de televisão e artigos de revista” (GIDDENS, 2001, p. 22). Ao não estar rigidamente constrangido pelos guiões da tradição, o *self* ganha capacidade electiva e torna-se mais individualizado. Esta individualização e reflexividade não significam, todavia, uma manifestação absoluta de liberdade individual, pois o planeamento biográfico está sujeito a múltiplos imperativos, nomeadamente aos imperativos do mercado de trabalho, como ressalvam Beck e Beck-Gernsheim (2004, p. 6): “trata-se, de fato, de uma *labour market freedom*, que implica que todos são livres para se conformarem a certas pressões e para se adaptarem às injunções do mercado de trabalho”.

A individualização associada à lógica de funcionamento do mercado de trabalho manifesta-se de forma transversal em todos os domínios da vida. Desde logo, nas esferas mais íntimas e pessoais, configurando transformações nas relações de género, nos modelos de convivência, nas estruturas familiares e no conceito de amor (ROCA, 2007). Aliás, a intimidade é um contexto central de expressão do projecto individualizante e reflexivo do *self*. Como se pode constatar no trabalho de Giddens (2001), as transformações que aí ocorrem são significativas: (i) as identidades e assimetrias de género “tradicio-

nais" esbatem-se e, desse modo, criam-se condições favoráveis para a efectiva democratização da vida privada; (ii) as vivências amorosas tornam-se mais complexas e instáveis, e a sexualidade menos rígida e mais orientada para a concretização das aspirações eróticas individuais; (iii) a conjugalidade matrimonial, embora alvo de fortes expectativas românticas, deixa de ser sinónimo de união eterna, passa a conviver com o seu reverso da medalha (o divórcio) e a coexistir com outras formas de organização da intimidade; (iv) o modelo normativo da família nuclear é abalado e surgem novos arranjos familiares.

Estas mudanças na esfera da intimidade começaram a ganhar forma nas sociedades mais industrializadas, sensivelmente a partir de meados do século XX, numa conjuntura marcada por determinadas condições sócio-económicas e políticas impulsionadoras da emancipação feminina: a promoção da igualdade de direitos entre os géneros, que teve na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, um dos seus maiores estímulos iniciais; a expansão e consolidação do movimento feminista na segunda metade do século XX, reivindicando a paridade das mulheres face aos homens em todas as esferas da vida quotidiana e questionando valores de género hegemónicos; o acesso alargado das mulheres ao sistema de ensino e a sua progressiva incorporação no mercado laboral de um sistema capitalista em forte crescimento; a difusão da pílula anticoncepcional e a revolução sexual da década de 1960, resultando num extraordinário ganho de autonomia feminina em termos de sexualidade e de reprodução biológica, com reflexos óbvios na disponibilidade para a construção de uma carreira profissional e para a participação mais activa na esfera pública (ALCAÑIZ, 2004; BOURDIEU, 1999; FREEDMAN, 2002; SINGLY, 1996, 2004; THISTLE, 2006).

Num primeiro momento, estes factores de mudança emergiram nos países ocidentais mais desenvolvidos e só depois, por volta da década de 1970, começaram a manifestar-se na região da Europa mediterrânea (ALBERDI, 2003; FERREIRA, 1999; ROCA, 2007; SAROGNI, 2004; TORRES, 2003) e, mais lentamente, em países como o Brasil (GOLDENBERG, 2000b; MURARO e PUPPIN, 2001; PRIORE, 2004;

VAITSMAN, 1994). Com eles, a dicotomia hierárquica de concepções e de papéis masculinos e femininos tem vindo a tornar-se mais flexível e esbatida. Muitos dos espaços sociais de construção da masculinidade e da feminilidade e mesmo alguns dos valores que lhes são inerentes tendem a sobrepor-se, deixando de estar estritamente associados a homens ou a mulheres. Uns e outras podem agora mais facilmente construir o seu próprio trajecto biográfico com relativa autonomia face às determinações de género. A identidade feminina já não se circunscreve, necessariamente, ao espaço doméstico e às responsabilidades de mãe e dona de casa, como era usual no passado. A identidade masculina é produzida em múltiplos contextos e a partir de uma ampla diversidade de discursos do que é ser homem, não estando agora tão rigidamente centrada nas esferas do trabalho e da (hetero)sexualidade, nem tão dependente da afirmação viril de potência económica, física e sexual. Hoje, mulheres e homens tendem a libertar-se mais facilmente dos modelos estereotipados e dos imperativos categóricos associados à feminilidade e à masculinidade (ARAÚJO, 2005, p. 48), podendo, assim, expressar as suas identidades de género com maior flexibilidade.

Ainda que lenta e sujeita a múltiplos constrangimentos, a progressiva emancipação das mulheres tem vindo a suscitar uma gradual redefinição não só das identidades femininas, como também das masculinas. Porém, a redefinição destas últimas parece estar sujeita a uma resistência acrescida por parte dos próprios homens. Atendendo a que as identidades de género são, como quaisquer outras, eminentemente relativas e relacionais, seria impossível as mudanças ficarem circunscritas apenas ao lado feminino. Como destaca Badinter (1996, p. 24): “[...] a masculinidade, qualidade do homem, é ao mesmo tempo relativa e reactiva. E é-o tanto quanto, sempre que a feminilidade muda – geralmente quando as mulheres querem redefinir a sua identidade –, a masculinidade se desestabiliza”. Contudo, seria redutor apresentar a gradual emancipação feminina como o quadro determinante das metamorfoses da masculinidade. Aliás, há mesmo quem inverta os termos da relação e veja nas crises identitárias masculi-

nas desencadeadas pelo individualismo moderno do século XIX uma condição propiciatória da emergência do processo de emancipação das mulheres (NOLASCO, 2001, p. 14). O que tem vindo a acontecer de parte a parte deverá ser compreendido num cenário de amplas e complexas transformações estruturais, como é o caso daquelas que, directa ou indirectamente, foram induzidas pela instauração e desenvolvimento do sistema capitalista no mundo ocidental. Com ele foi-se atenuando a hegemonia do velho regime patriarcal, assente numa organização sexista do trabalho no seio da vida familiar e na afirmação do homem como o senhor da casa (TOLSON, 1983, pp. 47-53).

Neste processo, os preceitos ideológicos dominantes mais “tradicionalis” do que é ser homem – “masculinidade hegemónica” (ALMEIDA, 1995; CONNELL, 1995; CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2005; SEIDLER, 1994) – têm vindo a ser questionados, relativizados e, não raro, abandonados em detrimento de outros. Começa, então, a emergir uma masculinidade que já não se resume a determinada forma de ser ou de actuar e flui com relativa liberdade entre as muitas possibilidades de se concretizar, ampliando as suas próprias fronteiras por via da incorporação de novos elementos, alguns dos quais ainda denominados de femininos (PANIAGUA, 2000). Poder-se-á dizer que estamos a assistir ao “desmapeamento” – não necessariamente à crise – da masculinidade (GOLDENBERG, 2000a) e a processos de constituição de formatos identitários reflexivos, associados à individualização e a estilos de vida marcados pela maior electividade individual. O resultado é o advento de uma significativa diversidade de possíveis trajectórias e formas de manifestação da identidade masculina. Muitas delas seguem um “movimento de abandono da couraça” (PANIAGUA, 2000), no sentido do reconhecimento de vulnerabilidades e da reconciliação com os afectos e vários outros conteúdos identitários até então reprimidos por serem considerados femininos (BADINTER, 1996). Ao mesmo tempo, o homem vai deixando de estar refém das expectativas ideais e inalcançáveis em torno do poder e domínio que devem caracterizar a sua identidade. Começa a libertar-se de uma situação paradoxal em que é dominado pelos mesmos valores que

suportam a sua dominação – “paradoxo da masculinidade”, segundo Bourdieu (1999) – e a aceitar e expressar dimensões subjectivas geralmente reprimidas pelo facto de serem consideradas uma ameaça à afirmação da virilidade.

As transformações no sistema de género que têm vindo a ser discutidas deverão ser encaradas como parte de um processo mais amplo de individualização que permeia a organização social dos afectos e da intimidade, a conjugalidade e as estruturas familiares (BUDGEON e ROSENEIL, 2004; SINGLY, 1996). O “normal caos do amor” parece ser o resultado deste processo: “a família nuclear, construída em torno do *status* de género, está a ruir nas questões de emancipação e igualdade de direitos, as quais não se restringem mais, e ‘convenientemente’, ao exterior das nossas vidas privadas. O resultado é o relativamente normal caos do amor” (BECK e BECK-GERNSHEIM, 2004, pp. 1-2).

Ambiguidades e volatilidades passionais

Vivemos num tempo em que muitos homens e muitas mulheres procuram conciliar amor, casamento, família e carreira, em que aquelas últimas não dependem da economia masculina, em que os desejos individuais muitas vezes colidem com as exigências conjugais e familiares. Neste tempo, o modelo da intimidade baseada numa união matrimonial sacralizada e perpétua, dissolúvel apenas na morte dos cônjuges (*até que a morte nos separe*), vem perdendo a sua aura de instituição universal, natural e inabalável, e passa a assemelhar-se mais a um contrato passível de diluição e a co-existir com várias outras formas de convivência e de conjugalidade (ABOIM, 2004; TORRES, 2002). Os ordenamentos amorosos tornam-se, então, mais incertos, voláteis, complexos e, aparentemente, caóticos. A sua construção parece assentar num dos grandes dilemas do “eu pós-moderno” – unificação *versus* fragmentação (GIDDENS, 2002) –, representando a tentativa de conciliar aspirações paradoxais: paixão e independência, o amor que une com a liberdade que separa (BRUCKNER, 2010); ou, como destaca Roca (2007, p. 444), “el deseo de fusión, con la consi-

guiente aspiración al amor eterno, indivisible, libre de mentiras, y el deseo de individualización, con el consiguiente amor ‘con derecho de devolución’, [...] consistente en su abandono cuando ya no se dan las imprescindibles dosis de pasión ni comunicación”. Nesta “nova ordem sentimental”, a intimidade tem por base disposições volitivas dificilmente conciliáveis, sendo edificada através da constante tensão e negociação entre a autonomia e o compromisso (BAWIN-LEGROS, 2004), entre a fusão e a fissão (CHAUMIER, 2004a, 2004b).

O crescimento do número de pessoas sós e, acima de tudo, o aumento dos divórcios e a diminuição dos casamentos nas últimas décadas – situações particularmente notórias na grande maioria dos países europeus – são alguns dos principais sinais das tensões que estão a transformar a organização da intimidade. Sobre a crescente recorrência da “vida a solo” como projecto de vida subversivo, porque fora da matriz familiar, Kaufmann (2000, p. 22) diz tratar-se de uma manifestação clara “do movimento, difuso e multiforme, da centração do indivíduo sobre si mesmo”. Provavelmente poderá ser entendida como uma manifestação paradigmática do desejo contemporâneo de individualização ou, pelo menos, atendendo a que geralmente não implica fuga a relacionamentos passionais, a expressão do desejo de manter uma certa equidistância entre a liberdade individual e a união com o outro. As dificuldades em conjugar carreira e vida familiar e a procura narcísica de preservação da individualidade face aos constrangimentos da vida em conjunto parecem afastar ou fazer divergir muitas pessoas, designadamente as mulheres com maior capital escolar (KAUFMANN, 2000; PASTOR, 2008), de compromissos tão categóricos como o matrimónio, ao mesmo tempo que é reforçada a sua orientação para o mercado de trabalho (THISTLE, 2006). Por outro lado, criam condições para a emergência de biografias centrífugas e de antagonismos na esfera privada que tornam inevitável a separação entre muitas outras pessoas que, entretanto, assumiram vínculos de conjugalidade.

De acordo com as *Estatísticas do Casamento e Divórcio* do Gabinete de Estatísticas da União Europeia (EUROSTAT, 2011), nas últimas

quatro décadas a proporção relativa de divórcios e casamentos na União Europeia (UE) sofreu uma alteração profunda: de aproximadamente um divórcio por cada 15 casamentos, em 1970, para quase um divórcio por cada dois casamentos, em 2009.³ Enquanto desfecho das clivagens geradas na intimidade, as rupturas conjugais têm sido impulsionadas por um conjunto de circunstâncias, em que se destacam: (i) a progressiva aceitação social da interrupção dos laços matrimoniais; (ii) a gradual emancipação feminina e a maior autonomia financeira das mulheres; (iii) as reformas jurídicas que conduziram à legalização do divórcio e, já mais recentemente, à possibilidade de se concretizar de modo unilateral e sem a necessidade de serem apresentadas razões objectivas para a respectiva solicitação, agilizando-se o processo e reduzindo os respectivos custos⁴; (iv) os efeitos da individualização biográfica, em particular a escassa transigência individual para manter relações que não proporcionem retornos relevantes e não correspondam às expectativas quase mitológicas da grande narrativa amorosa que continuam, paradoxalmente, a ser bastante altas (BECK e BECK-GERNSHEIM, 2004).

As incertezas, instabilidades e rupturas que vêm moldando as relações íntimas expressam, de certa forma, a tendência de fragmentação e individualização das experiências, incluindo-se aqui as ex-

3 No Brasil, apesar da tendência de subida das taxas de nupcialidade na última década, a relação entre casamentos e divórcios, um pouco à semelhança da Europa e dos EUA, tem vindo a alterar-se de forma bastante vincada, passando de aproximadamente um divórcio por cada 30 casamentos, em 1984, para um por cada cinco em 2008 (RAMALHO, LAZO e GUIMARÃES, 2010).

4 O reconhecimento legal do divórcio foi sendo adoptado pelos países europeus em momentos diferentes e mediante a implementação de disposições jurídicas nem sempre coincidentes. Para uma visão das principais mudanças jurídicas que, nas últimas quatro décadas, agilizaram o processo de divórcio na Europa, veja-se González e Viitanen (2009). No entender destas autoras, as alterações ao quadro legal que regula a ruptura do contrato matrimonial têm tido um impacto bastante rápido e relevante no aumento dos divórcios na generalidade dos países europeus. Segundo a estimativa das mesmas, as mudanças que conduziram ao reconhecimento do divórcio unilateral e isento da apresentação de factos a fundamentar o seu requerimento contribuíram para aumentar a respectiva taxa em cerca de 0.6‰. Trata-se de um aumento muito significativo se considerarmos que em 2009 a taxa bruta de divórcios na UE se situava em 2.1‰ (EUROSTAT, 2011).

periências passionais, que têm pautado a constituição reflexiva do *self* na modernidade tardia (GIDDENS, 2002). O *affair* é, no entender de Illouz (1999, pp. 175-177), o formato relacional (afectivo e sexual) que melhor ilustra esta tendência. É efémero, episódico, está em renovação constante, tem subjacente um espírito consumista de procura permanente de novas experiências e sensações, resulta de escolhas individuais e não impõe grandes deveres ou obrigações (v.g. fidelidade)⁵. Cada uma das partes participa na aventura amorosa enquanto assim o entender e, em simultâneo ou de forma dife-rida, com ou sem conhecimento do parceiro, pode envolver-se em múltiplas relações, que, de um modo geral, se constituem como episódios independentes. Por exemplo, no Brasil, sobretudo no contexto da produção de sociabilidades e identidades de jovens e jovens-adultos, são bastante recorrentes os relacionamentos casuísticos e descomprometidos, mais conhecidos por *ficar* – encontros fugazes que têm no beijo o principal elemento de interacção – e *ficando* – relação mais prolongada, embora desengajada, livre de compromissos relevantes e não sujeita à exclusividade (ALMEIDA, 2006; RIBEIRO e SACRAMENTO, 2009). Esta tendência de pulverização relacional é reveladora de uma certa fragilidade dos laços sociais e da fluidez do amor na “modernidade líquida” (BAUMAN, 2008), assinalando, como diria Chaumier (2004a, 2004b), a progressiva transição da fusão romântica para o desejo de independência, do “amor fusional” para o “amor fissional”. Neste processo, as relações amorosas vão perdendo parte do seu capital de exclusividade e de perenidade. Constituem-se de modo mais contingencial e difuso, fluindo sem grandes obstáculos ou formalismos ao sabor de desejos aparentemente contraditórios de autonomia e de comunhão com o outro. À semelhança do que se consome, as relações tornam-se mais facil-

5 O consumo de massas no capitalismo tardio é, frequentemente, apontado como responsável pela “pornografiação da cultura”, associada à democratização do desejo, a atitudes sexuais mais liberais e a uma maior aceitação dos relacionamentos passageiros (BRENTS e HAUSBECK, 2007).

mente descartáveis (e, porventura, recicláveis)⁶, as pessoas apaixonam-se e desapaixonam-se em série e o amor torna-se um produto com validade, uma hipoteca que tem pela frente um futuro repleto de incertezas (BAUMAN, 2008).

A fragmentação e liquidificação da vida passional é para Giddens (2001, p. 41) um sinal de que o “amor romântico”, sublime, único, exclusivo e perene, está a perder algum terreno para o “amor confluente”, activo e contingente, o que, no seu entender, explicaria a sociedade contemporânea de “separação e divórcio”. Com o “amor confluente”, os laços afectivos deixam de estar intrinsecamente associados à monogamia e à heteronormatividade, a intimidade ganha profundidade democrática e a sexualidade assume uma maior relevância no êxito ou no fracasso das relações, podendo ditar a sua manutenção ou, pelo contrário, a sua ruptura. Menos constrangida pelos imperativos associados à aliança, à reprodução e à família, a sexualidade é gerida de modo flexível e criativo pelos parceiros em função das suas próprias aspirações eróticas. Esta “sexualidade plástica” (GIDDENS, 2001) é uma condição fulcral da “relação pura”: “relação social que é internamente referida, isto é, depende fundamentalmente de satisfação ou recompensas genéricas dessa própria relação” (GIDDENS, 2002, p. 223) e, por isso, essencial na definição do projecto reflexivo do eu.

6 Um dos exemplos mais evidentes desta situação é-nos proporcionado pelas chamadas “relações de bolso”: relações disponíveis, em reserva, a que, instantaneamente e de forma mais ou menos instrumental, se pode recorrer para satisfazer necessidades sexuais e afectivas momentâneas, não exigindo grande investimento romântico ou compromisso entre as partes (BAUMAN, 2008). A activação de uma relação deste género, seguida de uma rápida desactivação, não implica sempre, ou necessariamente, a sua extinção. A mesma relação, depois de assegurar o cumprimento das expectativas que as partes nela projectaram, poderá voltar para o bolso, à sua anterior condição de reserva, e ficar disponível para, se necessário, ser reciclada numa outra altura.

Crise da conjugalidade ou triunfo do ideário romântico?

Embora pareça diluir-se e escapar, sobretudo porque vivemos sob circunstâncias sociais que estimulam a individualização, o amor romântico continua a ser idolatrado e o desejo de fusão eterna com a *cara-metade* largamente ambicionado (BECK e BECK-GERNSHEIM, 2004). Nesse sentido, torna-se importante destacar que as tendências de instabilidade amorosa não significam, inevitavelmente, anarquia relacional e fuga a uniões estáveis, pois a maioria das pessoas ainda deseja aceder e/ou manter relacionamentos duradouros em que os ideais de comunhão sentimental, estabilidade e fidelidade são dominantes (ROCA, 2007). Talvez estas expectativas ajudem a compreender o elevado número de recasamentos em contextos com altas taxas de divórcio, como acontece, por exemplo, em Portugal (LOBO, 2007) e nos países escandinavos (IACOVOU e SKEW, 2010). A falência institucional do matrimónio é, por isso, um cenário discutível, desde logo “porque o significado do divórcio não é unicamente o da dissolução do vínculo matrimonial. Ele, divórcio, representa (ou pode representar) também a possibilidade de se criar um novo vínculo matrimonial” (ROSA, 2002, p. 668). Trata-se, em muitos casos, de uma simples intermitência num caminho em que a saída do matrimónio desemboca quase sempre no mesmo ou em algo muito parecido àquilo de que se saiu (BECK e BECK-GERNSHEIM, 2004). Será, por isso, demasiado simplista identificar o aumento dos divórcios como sinal inequívoco da crise do casamento.

Centrando-se no caso brasileiro, Jablonski (1998, 2005) admite a existência desta crise, apesar de constatar uma forte presença de formas de idealização do amor romântico e de expectativas de vida conjugal bastante recorrentes entre os jovens. De acordo com Bawin-Legros (2004), estas expectativas de conjugalidade tenderão a predominar nas classes baixas, estando vinculadas a uma construção social da família como instituição-previdência. Com uma perspectiva semelhante para o Brasil, Neri (2005) mostra-nos a predominância de mulheres sós (solteiras, separadas, divorciadas e viúvas) nos segmentos com maiores rendimen-

tos, ganhando em média 62% mais do que as casadas. Seguindo esta linha de argumentação, o maior desejo de fusão matrimonial presente nas classes populares poderá, nalguns casos, funcionar como elemento inibidor da ruptura do casal; ao passo que a maior expressão das dinâmicas individualizadoras em estratos sociais mais altos poderá, inversamente, actuar como factor propiciador da ruptura. Assim sendo, será legítimo colocar algumas reservas e apelar à introdução de nuances na perspectiva de Jablonski (1998, 2005) sobre a existência de uma crise matrimonial no Brasil socialmente transversal, desde as elites às classes populares que vivem nas grandes cidades ou na sua periferia.

A própria ideia de crise do casamento é questionável. Parece ter subjacente uma concepção sacralizada e rígida do matrimónio como gerador de laços perenes e indissolúveis entre um homem e uma mulher, pelo que as evidências empíricas em contrário (v.g. divórcios, casamentos homossexuais) poderão sempre ser encaradas por alguns como sinónimo do seu esgotamento institucional. Mais do que uma crise, o que está a suceder poderá, paradoxalmente, ser encarado como o resultado da génese e sucesso do chamado casamento por amor, ou seja, da modernização das relações matrimoniais no ocidente, iniciada em finais do século XVIII e intensificada já em pleno século XX. Ao longo destes dois últimos séculos temos assistido a uma gradual “privatização” do matrimónio, à domesticação dos afectos e das paixões (a intimidade) e à sua cada vez maior centralidade na relação marital (ABOIM, 2006, 2009; ARIÈS, 1987; COONTZ, 2005; GIDDENS, 2001; TORRES, 2002)⁷. Os condicio-

7 Até então o casamento não estava propriamente associado à existência de um contexto de intimidade que garantisse fidelidade e envolvimento passional no relacionamento marido/mulher, pois o amor e o sexo não eram, de um modo geral, considerados aspectos fundamentais e legítimos da conjugalidade. Na Antiga Roma, o “excessivo” amor à esposa não era socialmente bem aceite; por volta dos séculos XII e XIII, na Europa, o adultério era tido como a melhor forma de amor, sendo que em algumas produções literárias da época podem encontrarse sátiras ao casamento romântico; nos séculos XVI e XVII, um grande amor conjugal poderia ser considerado idolatria (COONTZ, 2005). O “amor romântico” e a fidelidade só em finais do século XVIII começam a assumir o estatuto de componentes fundamentais da relação conjugal (ARIÈS, 1987; GIDDENS, 2001).

namentos sociais exteriores, em particular os interesses de ordem económica, impostos ao homem ou à mulher pelas respectivas famílias como referência fundamental na selecção do cônjuge – situação mais frequente nas famílias de estratos elevados – (GOODY, 1995; LIMA, 1999), não sendo relegados para segundo plano em detrimento das disposições subjectivas, guiadas por critérios individuais como a afectividade e a atracção (BAWIN-LEGROS, 2004). O matrimónio deixa de ser um simples arranjo inter-familiar, sujeito a determinadas prescrições sociais que se traduziam em princípios económicos e políticos de preferencialidade matrimonial, e passa a resultar, predominantemente, de decisões particulares.

No processo de modernização dos vínculos de afinidade, o casamento arranjado e centrado na comunidade vai perdendo espessura social e dando lugar ao casamento electivo e centrado no duo conjugal (ABOIM, 2009). Simultaneamente vai integrando elementos de intimidade (v.g. os erótico-sexuais característicos do “amor-paixão”) que antes se encontravam circunscritos a vivências passionais, sobre-tudo masculinas, fora da relação conjugal. Com isto torna-se mais flexível e vulnerável, refém dos mesmos valores e exigências – fidelidade, confiança, paixão, amor, satisfação sexual, realização pessoal, estabilidade afectiva – que elevaram o laço conjugal acima de quase todos os demais compromissos pessoais e familiares (COONTZ, 2007). Dito de outra forma, o complexo de factores que, desde há cerca de dois séculos, confere à estabilidade no matrimónio uma importância central na felicidade individual, que antes não tinha, é o mesmo que explica o papel do divórcio e a sua ocorrência nas sociedades contemporâneas (*idem*). A consolidação social do casamento por amor, baseado na existência de um sólido espaço de intimidade que proporcione a satisfação das necessidades afectivo-sexuais dos cônjuges, tem na institucionalização do divórcio a outra face da mesma moeda: uma garantia que permite por fim a toda e qualquer relação conjugal que não cumpra minimamente os requisitos que dela se esperam e, desse modo, assegurar disponibilidade para iniciar uma outra. Assim, o aumento das taxas de divórcio deverá ser sempre compreendido

tendo em conta as elevadas expectativas que socialmente têm vindo a ser inscritas na instituição matrimonial e não tanto como o resultado de uma eventual degradação moral dos designados valores de família. Em última análise, as rupturas conjugais e o advento do “amor confluente” são um produto da idealização do “amor romântico” – do seu consumo massificado como utopia no capitalismo tardio (ILLOUZ, 1997) – e não propriamente do seu declínio, que Giddens (2001) parece querer sugerir. Como conclui Turner (2004, p. 302),

Tal ênfase no amor romântico deposita grandes responsabilidades emocionais nos laços matrimoniais, na medida em que neles se anseia pela realização de elevadas expectativas de intimidade e gratificação sexual. As regras de sinceridade, confiança e satisfação emocional acarretam, paradoxalmente, consequências no alastramento da infelicidade conjugal e de altas taxas de divórcio, porquanto é difícil satisfazer expectativas de intimidade romântica num período em que a maioria das mulheres integra a força de trabalho e no qual as condições para o divórcio são muitas [...].

As manifestações paradoxais, tensões, rupturas e maior fluidez na organização social da intimidade, geralmente associadas aos processos de reflexividade biográfica, estão a produzir mudanças bastante significativas no modelo convencional da família nuclear⁸, fundado na heteronormatividade e na co-residência. Como destacam Budgeon

8 Trata-se de um formato familiar moderno típico de contextos urbano-industriais, constituído pelos cônjuges e respectivos filhos. Implantou-se de forma progressiva com a expansão do processo de industrialização e da economia de mercado do sistema capitalista. Neste modelo de família a constituição do casal por via do matrimónio tem subjacente a ideia burguesa do “amor romântico” e as relações de todos os parentes nucleares são sustentadas por fortes laços afectivos (ARIÈS, 1987), ao mesmo tempo que ocorre um certo desinvestimento nas conexões sociais mais alargadas com os parentes afastados e com o resto da comunidade (SHORTER, 1995). A questão dos afectos é, de facto, determinante, como justamente lembra Aboim (2009, p. 108): “Antes de mais nada, a família é moderna porque afetiva”.

e Roseneil (2004, p. 131), “a expectativa normativa de que, quando duas pessoas embarcam numa relação, elas irão inevitavelmente seguir a sequência de casamento, coabitação, intercurso sexual e geração de filhos, perdeu o poder de sancionar um arranjo particular de laços de intimidade e do espaço doméstico em detrimento de outros”. Na perspectiva de Singly (1996, 2004), a partir da década de 1960 as dinâmicas de individualização acentuaram-se no interior da família, tornando-a mais instável e flexível: uma formação marcada por uma maior electividade, em equilíbrio precário, sem a segurança de muitas das antigas normas e rituais e na qual os indivíduos manifestam as suas próprias experiências e expectativas, nem sempre conciliáveis (BECK-GERNSHEIM, 1998).

O aumento das rupturas matrimoniais, as mudanças nas relações de género e na sexualidade, a instabilidade dos vínculos laborais, a evolução tecnológica das comunicações e a maior facilidade em termos de mobilidade pessoal têm-se traduzido em formações flexíveis e diversas do espaço íntimo e da família (DIAS, 2006; KAUFMANN, 1993; LEVIN, 2004; VAITSMAN, 1994): casais sem filhos, matrimônios homossexuais, famílias homo-afectivas, monoparentalidade⁹, famílias recompostas, celibato, coabitação não marital (união de facto), relacionamentos à distância, conjugalidade dissociada da co-residência (*living apart together [LAT]*), entre outras. Mesmo o amor à distância e os relacionamentos enquadráveis na categoria LAT, de que nos falam Levin (2004) e Holmes (2006, 2010), têm vindo a tornar-se relativamente recorrentes. A proliferação de uma considerável diversidade de novos estilos de conjugalidade e de novas formas de organização familiar não significa que a família nuclear tradicional esteja em crise e a extinguir-se. Significa, simplesmente, que ela está

9 As famílias monoparentais matrifocais (mulher sem cônjuge e com filhos) têm vindo a assumir uma expressão particularmente considerável no contexto brasileiro. Em 2008 representavam 17.2% do total de famílias a residir em domicílios particulares e mais de 90% das unidades familiares baseadas na monoparentalidade (IBGE, 2009). Ainda para esse ano constatou-se que as mulheres eram a referência em 34.9% de domicílios e, mesmo na presença do marido, a referência económica em 9.1% dos casos (idem).

a perder o monopólio que manteve durante tanto tempo e a conviver com outros modelos e dinâmicas familiares (WALL, 2005), que, no entender de Beck-Gernsheim (1998), indiciam o advento daquilo que designa por “post-familial family”.

Conclusão

Nos relacionamentos amorosos contemporâneos começa a sobressair uma tendência de relativa libertação face a normas e imposições de estabilidade instituídas pelo casamento e por um modelo de família nuclear baseado em profundas assimetrias de género. Isto acontece com particular visibilidade nos países ocidentais, mas também em países como o Brasil, quer nas suas camadas médias urbanas – geralmente mais associadas aos chamados processos de destradicionaisação (GOLDENBERG, 2000b; PRIORE, 2004; VAITSMAN, 1994, 2001; VELHO, 1983) –, quer, em certa medida, nas suas classes populares, permeadas por tensões e mudanças no âmbito da família e das relações de género (ITABORAÍ, 2015). O resultado é a emergência de configurações de intimidade “flexíveis e plurais” (VAITSMAN, 1994), menos institucionalizadas e permanentemente sujeitas a ambiguidades, incertezas e volatilidades induzidas pela interacção de dinâmicas centrípetas e centrífugas.

Como foi possível constatar ao longo do texto, a intimidade pós-moderna é um espaço social de tensões, estruturalmente marcado pela convivência de disposições antagónicas de dissensão e de fusão. Por um lado, encontra-se envolto em condições sociais propícias à individualização, à reflexividade e à electividade, o que contribui para reforçar as idiossincrasias e as aspirações pessoais nas relações íntimas, tornando-as mais turbulentas e frágeis (BAUMAN, 2008; BECK e BECK-GERNSHEIM, 2004). Por outro lado, é um espaço simbolicamente colonizado pela grande narrativa romântica, uma matriz cultural muito valorizada e desejada, alvo de constantes celebrações e consumos, que impulsiona no sentido da fusão passional. Considerando esta mecânica de diferentes disposições sociais, é necessário

encararmos com alguma prudência e relativizarmos a perspectiva sobre a intimidade como contexto destradicionizado. Se é certo que está livre de muitas das pesadas regulações normativas do passado, de que o esmorecimento da hegemonia do casamento é um excelente exemplo, importa, contudo, não esquecer que o “antigo” amor romântico continua a ser, talvez hoje mais do que nunca, a grande referência na construção dos sentidos que guiam a definição dos trajectos de intimidade (GROSS, 2005). Aliás, a própria instabilidade das relações íntimas nos dias que correm é, paradoxalmente, uma forte evidência da incessante demanda da história de amor.

Referências bibliográficas

- ABOIM, Sofia. (2009), “Da pluralidade dos afetos: trajetórias e orientações amorosas nas conjugalidades contemporâneas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 70, pp. 107-122.
- _____. (2006), “Conjugalidade, afectos e formas de autonomia individual”. *Análise Social*, v. XLI, n. 180, pp. 801-825.
- _____. (2004), *Conjugalidades em Mudança*. Percursos, Orientações e Dinâmicas da Vida a Dois. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- ALBERDI, Inês. (2003), “Il principali cambiamenti della famiglia in Spagna”. In: ROSSI, Giovanna. (org.), *La Famiglia in Europa*. Roma: Carocci Editore, pp. 215-242.
- ALCAÑIZ, Mercedes. (2004), “Conciliación entre las esferas pública y privada: ¿Hacia un nuevo modelo en el sistema de géneros?”. *Sociología, Problemas e Práticas*, n. 44, pp. 47-70.
- ALMEIDA, Maria. (2006), “‘Zoar’ e ‘ficar’: novos termos da sociabilidade jovem”. In: ALMEIDA, Maria; EUGÉNIO, Fernanda. (orgs.), *Culturas Jovens: Novos Mapas do Afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 139-157.
- ALMEIDA, Miguel V. (1995), *Senhores de Si: Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*. Lisboa: Fim-de-Século Edições.
- ARAÚJO, Maria F. (2005), “Diferença e igualdade nas relações de género: revisitando o debate”. *Psic. Clín.*, v. 17, n. 2, pp. 41-52.
- ARIÈS, Philippe. (1987), “O amor no casamento”. In: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André. (orgs.), *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, pp. 153-162.

- BADINTER, Elisabeth. (1996 [1992]), *XY: A Identidade Masculina*. Porto: Edições ASA.
- BAUMAN, Zygmunt. (2008), *Amor Líquido: Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos*. Lisboa: Relógio d'Água.
- BAWIN-LEGROS, Bernadette. (2004), “Intimacy and the new sentimental order”. *Current Sociology*, v. 52, n. 2, pp. 241-250.
- BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. (1998), “On the way to a post-familial family: from a community of need to elective affinities”. *Theory, Culture & Society*, v. 15, n. 3, pp. 53-70.
- BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. (2004), *The Normal Chaos of Love*. Cambridge: Polity Press.
- _____. (2002), *Individualization*. Londres: Sage Publications.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. (2001 [1994]), *Modernización Reflexiva: Política, Tradición y Estética en el Orden Social Moderno*. Madrid: Alianza Editorial.
- BOURDIEU, Pierre. (1999), *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta Editora.
- BRENTS, Barbara; HAUSBECK, Kathryn. (2007), “Marketing sex: US legal brothels and late capitalist consumption”. *Sexualities*, v. 10, n. 4, pp. 425-439.
- BRUCKNER, Pascal. (2010), *O Paradoxo do Amor*. Lisboa: Publicações Euro-pa-América.
- BUDGEON, Shelley; ROSENEIL, Sasha. (2004), “Editors’ introduction: beyond the conventional family”. *Current Sociology*, v. 52, n. 2, pp. 127-134.
- CHAUMIER, Serge. (2004a), *La Déliaison Amoureuse: De la Fusion Roman-tique au Désir d’Indépendance*. Paris: Payot.
- _____. (2004b), *L’Amour Fissionnel: Le Nouvel Art d’Aimer*. Paris: Fayard.
- CONNELL, Robert. (1995), *Masculinities: Knowledge, Power and Social Change*. Berkeley: University of California Press.
- CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. (2005), “Hegemonic masculi-nity: rethinking the concept”. *Gender & Society*, v. 19, n. 6, pp. 829-859.
- COONTZ, Stephanie. (2007), “The origins of modern divorce”. *Family Pro-cess*, v. 6, n. 1, pp.7-16.
- _____. (2005), *Marriage, a History: From Obedience to Intimacy, or How Love Conquered Marriage*. Nova Iorque: Viking-Penguin.
- DIAS, Maria. (2006), *Famílias e Terapeutas: Casamento, Divórcio e Parentes-co*. São Paulo: Vetor.

- DOMINGUES, José. (1998), "Modernidade, tradição e reflexividade no Brasil contemporâneo". *Tempo Social*, v. 10, n. 2, pp. 209-234.
- EUROSTAT. (2011), "Population and social conditions – marriage and divorce statistics". Disponível em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Marriage_and_divorce_statistics> (consultado em 28/03/2011).
- FERREIRA, Virgínia. (1999), "Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 52/53, pp. 199-227.
- FREEDMAN, Estelle. (2002), *No Turning Back: The History of Feminism and the Future of Women*. Nova Iorque: Ballantine Books.
- GIDDENS, Anthony. (2002), *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2001 [1992]), *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. Oeiras: Celta Editora.
- GOODY, Jack. (1995 [1983]), *Família e Casamento na Europa*. Oeiras: Celta Editora.
- GOLDENBERG, Mirian. (2000a), "O macho em crise: um tema em debate dentro e fora da academia". In: GOLDENBERG, Mirian. (org.), *Os Novos Desejos*. Rio de Janeiro: Record, pp. 13-39.
- _____. (2000b), "De Amélias a operárias: um ensaio sobre os conflitos femininos no mercado de trabalho e nas relações conjugais". In: GOLDENBERG, Mirian. (org.), *Os Novos Desejos*. Rio de Janeiro: Record, pp. 105-124.
- GONZÁLEZ, Libertad; VIITANEN, Tarja. (2009), "The effect of divorce laws on divorce rates in Europe". *European Economic Review*, v. 53, n. 2, pp. 127-138.
- GROSS, Neil. (2005), "The detraditionalization of intimacy reconsidered". *Sociological Theory*, v. 23, n. 3, pp. 286-311.
- HOLMES, Mary. (2010), "Intimacy, distance relationships, and emotional care". *Recherches Sociologiques et Anthropologiques*, v. 41, n. 1, pp. 105-123.
- _____. (2006), "Love lives at a distance: distance relationships over the life-course". *Sociological Research Online*, v. 11, n. 3. Disponível em: <<http://www.socresonline.org.uk/11/3/holmes.html>> (consultado em 04/04/2011).
- IACOVOU, Maria; SKEW, Alexandra. (2010), "Household structure in the EU". In: ATKINSON, Anthony; MARLIER, Eric. (orgs.), *Income and Living Conditions in Europe*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, pp. 79-100.
- IBGE. (2009), *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Síntese de Indicadores 2008*. Rio de Janeiro: IBGE.

- ILLOUZ, Eva. (1999), "The lost innocence of love: romance as a postmodern condition". In: FEATHERSTONE, Mike. (org.), *Love & Eroticism*. Londres: Sage, pp. 161-186.
- _____. (1997), *Consuming the Romantic Utopia: Love and the Cultural Contradictions of Capitalism*. Berkeley: University of California Press.
- ITABORAÍ, Nathalie. (2015), *Mudanças nas Famílias Brasileiras (1976-2012): Uma Perspectiva de Classe e Gênero*. Tese de Doutoramento. UERJ – Rio de Janeiro.
- JABLONSKI, Bernardo. (2005), "Atitudes de jovens solteiros frente à família e ao casamento: novas tendências?". In: CARNEIRO, Terezinha. (org.), *Família e Casal: Efeitos da Contemporaneidade*. Rio de Janeiro: PUC, pp. 93-110.
- _____. (1998), *Até que a Vida nos Separe: A Crise do Casamento Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Agir.
- KAUFMANN, Jean-Claude. (2000), *A Mulher Só e o Príncipe Encantado: Inquérito Sobre a Vida a Solo*. Lisboa: Editorial Notícias.
- _____. (1993), *Sociologie du Couple*. Paris: PUF.
- LASH, Scott. (2001 [1994]), "La reflexividad y sus dobles: estructura, estética, comunidad". In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernización Reflexiva: Política, Tradición y Estética en el Orden Social Moderno*. Madrid: Alianza Editorial, pp. 137-207.
- LEVIN, Irene. (2004), "Living apart together: a new family form". *Current Sociology*, v. 52, n. 2, pp. 223-240.
- LIMA, Antónia P. (1999), "Sócios e parentes: valores familiares e interesses económicos nas grandes empresas familiares portuguesas". *Etnográfica*, v. 3, n. 1, pp. 87-112.
- LOBO, Cristina. (2007), *Recomposições Familiares: Dinâmicas de um Processo de Transição*. Tese de Doutoramento. ISCTE – Lisboa.
- MURARO, Rose; PUPPIN, Andréa. (orgs.) (2001), *Mulher, Gênero e Sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- NÉRI, Marcelo. (2005), *Sexo, Casamento e Economia*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS.
- NOLASCO, Sócrates. (2001), "O apagão da masculinidade". *Trabalho e Sociedade*, n. 2, pp. 9-16.
- PANIAGUA, Humberto. (2000), "Discontinuidades en el modelo hegemónico de masculinidad". In: GOGNA, Mónica. (org.), *Feminidades y Masculinidades: Estudios Sobre Salud Reproductiva y Sexualidad en Argentina, Chile y Colômbia*. Buenos Aires: CEDES, pp. 193-244.

PASTOR, Juan. (2008), "Highly educated women marry less: an analysis of female marriage rates in Spain". *South European Society and Politics*, v. 13, n. 3, pp. 283-302.

PRIORE, Mary. (2004), *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.

RAMALHO, Carolina; LAZO, Aida; MAGALHÃES, Maysa. (2010), "Divórcio no Brasil: proposta de uma taxa de coorte". Comunicação apresentada no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu-MG, de 20 a 24 de Setembro.

RIBEIRO, Fernando B.; SACRAMENTO, Octávio. (2009), "Imagens, erotismo e culturas on the road: perspectivas sobre o Brasil como destino turístico", *Configurações*, n. 5-6, pp. 241-255.

ROCA, Jordi. (2007), "Migrantes por amor. La búsqueda y formación de parejas transnacionales". *AIBR – Revista de Antropología Iberoamericana*, v. 2, n. 3, pp. 430-458.

ROSA, Maria. (2002), "Notas sobre a população – os homens e as mulheres perante o casamento". *Análise Social*, v. XXXVII, n. 163, pp. 667-672.

SACRAMENTO, Octávio. (2014), *Atlântico Passional: Mobilidades e Configurações Transnacionais de Intimidade Euro-Brasileiras*. Tese de Doutoramento. ISCTE – Lisboa.

SAROGNI, Emilia. (2004), *La Donna Italiana 1861-2000: Il Lungo Cammino Verso i Diritti*. Milão: Il Saggiatore.

SEIDLER, Victor. (1994), *Unreasonable Men: Masculinity and Social Theory*. Londres: Routledge.

SHORTER, Edward. (1995 [1975]), *A Formação da Família Moderna*. Lisboa: Terramar.

SINGLY, François. (2004 [1993]), *Sociologie de la Famille Contemporaine*. Paris: Éditions Armand Colin.

_____. (1996), *Le Soi, le Couple et la Famille*. Paris: Nathan.

THISTLE, Susan. (2006), *From Marriage to the Market: The Transformation of Women's Lives and Work*. Berkeley: University of California Press.

TOLSON, Andrew. (1983), *Os Limites da Masculinidade*. Lisboa: Assírio e Alvim.

TORRES, Anália. (2003), "Famiglia, matrimónio e divorzio in Portogallo: tendenze contemporane". In: ROSSI, Giovanna. (org.), *La Famiglia in Europa*. Roma: Carocci Editore, pp. 243-266.

_____. (2002), *Casamento em Portugal: Uma Análise Sociológica*. Oeiras: Celta Editora.

TURNER, Bryan. (2004), “Religion, romantic love, and the family”. In: SCOTT, Jacqueline; TREAS, Judith; RICHARDS, Martin. (orgs.), *The Blackwell Companion to the Sociology of Families*. Malden: Blackwell Publishing, pp. 289-305.

VAITSMAN, Jeni. (2001), “Gênero, identidade, casamento e família na sociedade contemporânea”. In: MURARO, Rose; PUPPIN, Andréa. (orgs.), *Mulher, Gênero e Sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, pp. 13-20.

_____. (1994), *Flexíveis e Plurais: Identidade, Casamento e Família em Circunstâncias Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.

VELHO, Gilberto. (1983), “Aliança e casamento na sociedade moderna: separação e amizade em camadas médias urbanas”. *Boletim do Museu Nacional de Antropologia*, n. 39, pp. 1-11.

WALL, Karin. (org.) (2005), *Famílias em Portugal: Percursos, Interacções, Redes Sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.